

A normalização das práticas de exclusão na descontinuidade da história do Brasil

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 451 p. ISBN 9788598271606

Margarida Liss

Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: margaridaliss@yahoo.com.br

Em “Os Infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil”, Lilia Ferreira Lobo, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), compõe, pelas 451 páginas que constituem a obra, um quadro surpreendente sobre os mais sórdidos atos de marginalização, exclusão e disciplinarização dos corpos, exercidos em princípio pela coroa, depois pela igreja, pelos senhores feudais e finalmente pelo poder público. Nessa direção e pela perspectiva em que a obra é tecida, o caráter infame – termo que compõe o título do livro – de todos os atos abusivos exercidos sobre os marginalizados vem à tona na memória do leitor com as narrativas minuciosas sobre a sucessão dos fatos.

Trata-se de um estudo que estabelece um diálogo com as teorias discursivas, relação que se torna possível dada a sensibilidade da autora aos discursos que legitimaram a operacionalização da exclusão ao longo de uma história obscura e velada que se propõe a desvelar. Tal empreendimento deve-se à incessante busca, nas invisibilidades da história, de verdades que possibilitaram práticas de marginalização e repressão a fim de culminar na subjetivação dos indígenas, negros, dos que não tinham trabalho, deficientes e crianças ao exercício de um poder repressor, controlador e normalizador. Lobo demonstra, no decorrer de sua obra, que os discursos que circunscreviam tais práticas, estiveram sempre pautados na ciência desenvolvida na época em que elas eram executadas, pois, o saber científico esteve, ao longo dos tempos, autorizado a instituir as normas vigentes, normas estas, que colocavam sob um véu opaco, tecido pelas linhas da invisibilidade, os infames da história.

Ancorada teoricamente nas proposições do filósofo francês Michel Foucault, de modo especial na genealogia e nos estudos sobre a medicina e a repressão, Lobo demonstra, no decorrer dos oito capítulos da obra, que a história do Brasil é infame, enevoada e excludente, ainda que, muitas vezes, tais

aspectos tenham sido silenciados pelos historiadores em prol de uma história contínua e linear.

O primeiro capítulo do livro, dividido em oito partes, intitula-se “Monstros e Degenerados”. Lobo discorre, nesta primeira parte, acerca das fantasias que ocupavam imaginações antes e durante as grandes navegações. O imaginário europeu, circunscrito em ideias estereotipadas sobre os indígenas brasileiros, foi responsável pela promoção da exportação desses sujeitos para a Europa a partir da década de 1550, tanto como objetos de curiosidade, como em condições de escravidão. Outra manifestação do exercício do poder repressor sobre os indígenas relatado por Lobo, diz respeito ao empenho dispensado para a “colonização das almas” desses sujeitos, pois a indignação por não temerem ao mesmo deus que os colonizadores era demonstrada desde as primeiras cartas enviadas a Portugal. Lobo traz à tona no decorrer do capítulo, uma polêmica contestação em relação a um dos fatos insistentemente relatados pelos missionários: a antropofagia. A contestação está pautada na falta de crivo científico alegado por Lobo nos estudos que recuperam tal memória na história do Brasil e assim, contesta uma verdade que é tida como histórica há séculos. A professora e pesquisadora comprova, pois, o caráter arqueogenealógico da pesquisa ao por em xeque uma memória cristalizada pelas ciências como verdade incontestável. Prosseguindo com a leitura, sobressaltam aos olhos do leitor os relatos de que a natureza do indígena inscreve-se até o século XIX, em uma identidade monstruosa, tal como ocorria com os negros. Este século, conforme relata a autora, talvez tenha sido o mais intolerante com os que eram considerados monstros, momento histórico em que a monstruosidade não era mais explicada pela religião, e sim pela ciência que objetivou a vida desses seres pelos fundamentos da hereditariedade, do naturalismo, da degeneração da espécie e até

mesmo, ao atribuir as características da criança à imaginação da mãe durante a gestação. Nesse período, recupera Lobo, as conclusões da ciência começaram a influenciar a educação, que passa a ter o papel de prevenir e corrigir os males considerados reversíveis por meio da disciplina. Idiota, louco, imbecil, foram várias nomenclaturas atribuídas pela ciência aos seres considerados infames.

No segundo capítulo, “Os tribunais: Inquisição e Eugenia”, composto também por oito partes, Lobo trata dos tribunais inquisitoriais e da medicina social exercida como controle dos corpos tal como posta por Foucault. A partir dos relatos que compõem o capítulo, é possível depreender que a inquisição, era um dispositivo de normação e que agia sobre a governamentalidade dos sujeitos que eram ou poderiam vir a ser submetidos ao interrogatório e aos castigos impostos pelo regime, já que estes, além de confessar suas culpas, o faziam também em relação às culpas alheias. O alvo da inquisição portuguesa voltava-se principalmente aos cristãos novos (judeus convertidos) e aos que cometiam o pecado da carne, feitiçaria, blasfêmia e faziam leituras de livros proibidos. Lobo relata a história de Brites Fernandes de Camaragibe, personagem que fez parte da história do século XVI, “mentecapta e aleijada”, fora submetida aos tribunais do Santo Ofício por ser cristã nova, e, por ser frágil. Na concepção dos inquisidores, tais atributos eram favoráveis a uma provável confissão da prisioneira e da entrega de pecados alheios. Enviada a Portugal com outros penitentes, Brites confessava por um lado, ser cristã e por outro a prática do judaísmo a seus inquisidores. É salientado no texto que as culpas eram, entretanto, escolhidas. Crimes de furto e sangue não eram julgados, pois as heresias e pecados da carne despertavam mais interesse. Já a vigilância sobre o sexo ocorria porque “[...] no ato sexual, em seu abuso, suas intenções, seu fervor e suas excitações, transmitiam-se os caracteres hereditários que poderiam produzir indivíduos degenerados, cujas uniões faziam proliferar gerações de deformados, surdos-mudos, idiotas, loucos e epiléticos (além de criminosos e vagabundos), destruir o organismo se praticados em excesso, principalmente na ausência de finalidade reprodutora, como a prostituição, a pederastia e o onanismo”. O estudo sobre a inquisição caracteriza-se como inovador por ser composto por aspectos pouco tratados e até mesmo silenciados nos trabalhos sobre a história do país. Lobo demonstra, que os dispositivos de controle foram se (re)significando no decorrer dos tempos de acordo

com o que era mais conveniente ao período, bem como ocorreu com as práticas eleitas para o controle e as punições.

As oito partes componentes do terceiro capítulo estabelecem uma trajetória historiográfica minuciosa sobre as condições de emergência e de existência da escravidão no Brasil. Razão pela qual, a obra merece o espaço de um aporte teórico impecável para os que interessam-se pela escravidão e seus efeitos no país. O texto contempla uma investigação sobre as torturas, falta de higiene, de medicação e de alimentação adequada a que eram submetidos os escravos desde a captura, a viagem no navio negreiro, a exposição para a venda e aos maus tratos, abuso sexual – no caso das mulheres – e excesso de trabalho sofrido nas fazendas que em muitos casos, levava os negros à invalidez ou até mesmo à morte, seja por problemas físicos ou suicídio. O empreendimento de Lobo esclarece as condições específicas da prática da alforria, em geral, concessão aos que se encontravam em estado de invalidez e cujo futuro destinava-se ao padecimento pela miséria e pela doença. Quanto à abolição, a pesquisa aponta para mais um detalhe infame: a escravatura não teria sido abolida devido a qualquer tipo de piedade dispensada aos negros, e sim pela implantação da prática da remuneração barata. Fato que inviabilizou a manutenção de escravos nas fazendas, pois, durante a escravidão, embora não pagasse honorários, o senhor de escravos tinha de alimentá-los e vesti-los. Tornou-se então, pela possibilidade de mão de obra de baixo custo, mais lucrativo pagar pelo trabalho de imigrantes ou escravos forros do que mantê-los nas fazendas em condições de escravidão. O capítulo contempla, ainda, reflexões de grande valia acerca de outra ruptura relacionada com o período escravocrata. Ruptura que se consagra no momento em que os engenhos de açúcar e as fábricas passam a ser ocupadas por operários, o que foi a condição de emergência e de instituição de saberes, pelos quais foi possível a adesão da noção de racismo e evolucionismo. Como tais conceitos estavam legitimados por pesquisas científicas, como o Darwinismo, por exemplo, possibilitaram que o negro liberto tivesse remunerações inferiores à do branco. Durante a leitura do capítulo, sobressai a forma de subjetivação dos corpos ao poder. Tinham de ser úteis, dóceis e disciplinados.

O quarto capítulo contém em suas três partes um estudo sobre “a exclusão colonial”, no qual são explicitadas as condições de possibilidade do resgate de uma memória sobre como a filantropia foi

instituída e institucionalizada na colônia. As condições de emergência da prática filantrópica foram delineadas no momento em que, em Portugal, determinou-se como pena aos que fossem julgados vadios ou desonestos, os considerados resíduos sociais, a expulsão da Europa, com o duplo objetivo de punir os excluídos e de povoar o Brasil. Tais ações geraram o aumento da população carente nas terras recém-descobertas, motivo pelo qual implantou-se a caridade, primeiro com a Companhia de Jesus (1549) e posteriormente com a Santa Casa de Misericórdia, cujo atendimento aos doentes era subsidiado pelo dinheiro oriundo de donativos. O controle e a docilização dos corpos passa, dessa forma, a ser mais evidente no Brasil por intermédio de mecanismos disciplinares e dispositivos de segurança, quais sejam, as instituições mencionadas. Como um dos meios de exercer o controle sobre a massa social das colônias, a Santa Casa de Misericórdia, legitimou-se pelas funções que exercia no período, como por exemplo, a de receber crianças na “roda dos expostos” e atender aos doentes, embora em condições muito precárias. Dentre as normas impostas pelas instituições, estava a de que todos deveriam trabalhar, do contrário seriam presos. Mesmo os que se encontravam enfermos, deveriam exercer alguma função, pois tinham a possibilidade de utilizarem as partes sãs do corpo para o trabalho. Ao dar visibilidade a esses corpos excluídos, a estudiosa estabelece possibilidades de conceber, de outro modo, a colonização do Brasil, pois, aponta para regularidades que não as que foram descritas na história concebida como linear, razão pela qual a utilidade e docilização dos corpos, tornam-se temas reticentes na pesquisa empreendida.

Nas cinco partes que constituem o quinto e último capítulo são tratadas questões referentes à inclusão institucional. Pela temática que o compõe, o capítulo é leitura basilar aos que estudam, na contemporaneidade, a inclusão e a exclusão do sujeito deficiente e necessitam tecer, em suas pesquisas, considerações sobre os discursos que constituíram o deficiente como um sujeito social e historicamente excluído. A pesquisadora inicia o trajeto sobre o deficiente no século XVIII, quando a

idiotia era considerada monstrosidade moral, animalidade e destituição completa da condição humana, e, por essa razão, despertava a curiosidade popular nas feiras de exposição. Somente no século XIX a educabilidade do idiota passou a ser problematizada, período caracterizado pelo surgimento das discussões sobre como incluir o idiota nas normas morais em um duplo movimento: “a naturalização da moral e a moralização da natureza”. A criança seria então tomada como objeto das práticas de normalização tendo-se a anormalidade como anterior e necessária à produção da norma. O tratamento moral pautado no autoritarismo e tendo como efeito a submissão, era destinado não somente aos loucos, mas também às crianças, como forma de prevenção. Somente no final do século XIX e início do XX, surgiriam as instituições de ensino para os anormais, o que promoveria a separação do que é considerado normal ou anormal em espaços físicos distintos. Por ser a institucionalização da anormalidade o fio condutor dos processos de inclusão das sociedades contemporâneas, o capítulo desemboca no ponto nevrálgico das discussões mais atuais entre os estudiosos da educação sobre os portadores de necessidades especiais.

Lobo disponibiliza como resultado final um trabalho que contribui para pesquisas empreendidas por historiadores, filósofos, estudiosos do discurso, do direito, da psicologia e da educação. Com uma riqueza ímpar, o trabalho inscreve-se como uma ruptura na história da História ao revelar as cenas obscuras dos cinco séculos do Brasil. Índios, negros, escravos e deficientes saem da condição de coadjuvantes e passam a protagonizar as cenas discursivas da memória nacional. A obra é, portanto, referencial indispensável para pesquisadores que buscam compreender a marginalização social inscrita nas invisibilidades históricas do Brasil.

Received on May 26, 2010.

Accepted on August 10, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.